

DOMUNICÍPIO DE PERUÍBE

EDICÃO: **582**

LEI: Nº 4.242, DE 06 DE ABRIL DE 2023

Peruibe Peruibe

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO - PREFEITO

PERUÍBE, 01 DE SETEMBRO DE 2025

www.peruibe.sp.gov.br

(O) /prefeituradeperuibe

/prefeituradeperuibe

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

25/09/2025 - Câmara Municipal - 18h - Elaboração da Lei Orçamentária Anual 2026 26/09/2025 - Câmara Municipal - 18h - Acompanhamento das Metas Fiscais 2º Quadrimestre/2025 26/09/2025 - Câmara Municipal - 18h30 - Ações e Serviços da Saúde 2º Quadrimestre/2025

EDUCAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE Rua Francisco Moratori, 146 - Centro - Peruíbe - S.P. -Tel (013) 3453.7800 Site: www.peruíbe2.sp.gov.br / E- mail: sme@educa.peruíbe.sp.gov.br SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PERUÍBE

RESOLUÇÃO S.M.E. nº 13/2025, de 28 de agosto de 2025.

Dispõe sobre o processo de inscrição e eleição para a função gratificada de vice-diretor de escola.

A Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 134 da Lei Orgânica do Município; considerando o artigo 42 da Lei Complementar nº 178, de 191/2011, resolve.

Artigo 1° - Ficam estabelecidos os procedimentos e regras para o processo de inscrição e eleição para designação à função gratificada de vice-diretor de escola, das unidades escolares, a seguir:

Vice-Diretor

EMEF PROFESSORA ADRIANA APARECIDA ALMEIDA DOS SANTOS

Artigo 2º - Os interessados, que atendam aos requisitos do Anexo I - A da Lei Complementar nº 178, de 19 de dezembro 2011, deverão encaminhar através do e-mail nucleo supervisao@educa.peruibe sp. gov.br, em um único arquivo, ficha de inscrição (Anexo I) e proposta de trabalho prevista no artigo 3º desta resolução, no período de <u>01 a</u> 08 de setembro de 2025, juntamente com cópia do diploma de Licenciatura Plena em Pedagogia ou Licenciatura de graduação plena com complementação pedagógica ou pós-graduação "Stricto Sensu" na área de Educação.

- § 1º O preenchimento do formulário é de inteira responsabilidade do (a) candidato (a).
- § 2º Durante todo o período de inscrição será possibilitado ao candidato corrigir as informações fornecidas na inscrição.
- § 3º A omissão de dados na inscrição e/ou irregularidades detectadas e devidamente apuradas, a qualquer tempo, implicam desclassificação do candidato e/ou dispensa do ato de designação.

Artigo 3º - Os candidatos aptos e interessados deverão apresentar Proposta de Trabalho que contemple a função de vice-diretor de unidade escolar, a ser entregue na data de inscrição, prevista no artigo 2º desta resolução que deverá conter, no máximo 02 (duas) folhas e resumidamente os seguintes elementos:

- Currículo contendo: identificação completa do proponente incluindo descrição sucinta de sua trajetória escolar e de formação, bem como suas experiências profissionais;
- II. Objetivos e descrição sintética das ações que pretende desenvolver;
- III. Proposta de avaliação e acompanhamento do Plano e as estratégias previstas para garantir o seu monitoramento e execução com eficácia.
- § 1º O servidor que acumular cargos públicos deverá apresentar, no ato da inscrição, declaração de trabalho comprovando a compatibilidade de horários, de acordo com a jornada e as atribuições da função de vice-diretor de escola.
- § 2º No dia 09 de setembro de 2025 será publicada no site https://sites.google.com/educa.peruibe.sp.gov.br/educa.camunicipalperuibe relação de inscritos, contendo condição de deferimento ou indeferimento.
- \S 3° Será aberto período de recurso quanto ao deferimento ou indeferimento de inscrição de 10 a 11 de setembro de 2025, o qual deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação, são à rua Francisco Moraton, 146, centro, Peruibe, das 09h00 às 16h00.
- § 5º No dia **12 de setembro de 2025** será publicada, no site https://sites.google.com/educa.peruibe.sp.gov.br/educacaomunicipalperuibe relação das inscrições deferidas ou indeferidas, PÓS-RECURSO.

Artigo $4^{\rm o}$ - A eleição para nomeação da função gratificada de vice-diretor de escola ocorrerá com a participação dos servidores efetivos em exercício na Unidade Escolar, conforme cronograma que segue:

Eleição do candidato (a) da Unidade Escolar/Agrupamento de Unidades escolares:	Data	Horário	Local de Eleição
EMEF PROFESSORA ADRIANA APARECIDA ALMEIDA DOS SANTOS	23/09/25	17h35min.	Na unidade escolar em referência

- § 1º A escolha pelos servidores da unidade escolar recairá dentre os candidatos apresentados em lista elaborada pela Comissão instituída pela Secretaria Municipal de Educação, estabelecida conforme prevê o artigo 42 da Lei Complementar 178/2011.
- § 2º O vice-diretor de escola será eleito pela maioria simples dos servidores efetivos na unidade escolar, através de voto secreto.

§ 3º - O candidato eleito não poderá concorrer à eleição em outra unidade escolar;

Artigo 5º - Fica vedada a participação dos candidatos inscritos no processo para nomeação da função gratificada de vice-diretor, na condição de eleitor, no ato da eleição referida no artigo 4º da presente resolução.

Artigo 6° - O processo previsto no artigo 4° desta resolução será registrado em ata específica e conduzido por 02 (dois) servidores efetivos da unidade escolar, previstos no parágrafo 3º do artigo 42 da Lei Complementar 178/2011.

Artigo 7º - Aos servidores efetivos das Unidades Escolares as quais haverá nomeação para a função gratificada de vice-diretor de escola, afastados por qualquer motivo, é facultada a participação no processo indicado no artigo 4º desta resolução.

Artigo 8º - Fica vedada a utilização de procuração para manifestação do voto nos atos previstos no artigo 4º da presente resolução.

Artigo 9º - Cabe ao diretor de escola dar ciência desta resolução aos servidores efetivos da unidade escolar.

Parágrafo único. Para as escolas que se encontrarem sem Diretor de Escola, caberá ao Supervisor de Ensino dar ciência desta resolução aos servidores efetivos da unidade consolar.

Artigo 10 - Cabe à Secretária Municipal de Educação convocar os servidores efetivos em exercício na Unidade Escolar, para participar do processo de eleição de que trata esta Resolução.

Artigo 11 - Ficam designados para compor a comissão para indicar a lista de candidatos por unidade escolar, conforme prevê o § 2° , do artigo 42, da Lei Complementar 178/2011, os integrantes do magistério: supervisores de ensino: Denise Maria Almada de Oliveira Pinto;

Fábio de Macedo Arimura; Marcia Regina Correa de Oliveira e Markus Pablo Nobre dos Santos e representante da direção da SME, Gisele Assis de Oliveira.

Artigo 12 - É parte integrante desta Resolução, o cronograma do processo de eleição para a função gratificada de vice-diretor de escola.

Artigo 13 - Os casos omissos serão analisados pelo Núcleo de Supervisão e Legislação e deferidos pela Secretária Municipal de Educação.

Artigo 14 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Peruíbe, 28 de agosto de 2025.

CLÉIA CRISTINA DA SILVA

(assinado no original) Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO

A Secretária Municipal Educação em exercício, no uso de suas atribuições, CONVOCA:

Os servidores efetivos **em exercício na unidade** escolar referida no artigo 1º da presente resolução, inclusive os afastados por qualquer motivo e os em processo de readaptação, para eleição de candidatos à função gratificada de vice-diretor de escola, conforme dia, horários e locais estabelecidos previsto no Artigo 4º da presente resolução.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DE PERUÍBE, 28 DE AGOSTO DE 2025

CLÉIA CRISTINA DA SILVA

(assinado no original) Secretária Municipal de Educação

CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ELEIÇÃO PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE VICE-DIRETOR DE ESCOI A

	VICE-DIRETOR DE ESCOLA	
DATAS	ETAPAS	
29 de agosto de 2025.	Publicação desta resolução no DOM-E.	
A partir de 29 de agosto de 2025.	Divulgação desta resolução.	
01 a 08 de setembro de 2025.	Inscrição através do nucleo.supervisao@educa.peruibe.sp.gov.br	
09 de setembro de 2025.	Publicação das inscrições deferidas e indeferidas.	
10 e 11 de setembro de 2025.	Recurso da publicação das inscrições deferidas e indeferidas, das 9 horas às 16 horas, na SME.	
12 de setembro de 2025.	Publicação pós-recurso das inscrições deferidas e indeferidas.	
23 de setembro de 2025.	Apresentação da proposta de trabalho aos servidores efetivos e eleição do (a) candidato (a) concorrentes na EMEF Professora Adriana Aparecida Almeida dos Santos, conforme descrito no artigo 4º da presente resolução.	

Documento assinado digitalmente. O Departamento Municipal de Jornalismo garante a autenticidade deste documento quando visualizado e/ou baixado diretamente no portal www.peruibe.sp.gov.br

Entrega da Ata do processo de eleição para os integrantes do Núcleo de Supervisão e Legislação, após finalização do processo na Unidade Escolar

CLÉIA CRISTINA DA SILVA

(assinado no original) Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

FICHA DE INS	CRIÇÃO PARA OS CANDITADO VICE-DIRETOR DE E	OS À FUNÇÃO GRATIFICADA DE SCOLA
Nome:		Matrícula:
Endereço:		
Município:	CEP:	Estado:
Telefone:	e-mail:	
Cargo Atual:	Escol	a:
Acumula Cargo: (SIM ()NÃO	
Caso afirmativo, info	rmar a escola abaixo:	
Outro cargo/função:		
Unidade de vinculaç	ão do outro cargo/função:	
(Estadual/Municipal/	Federal):	
	es) em que pretende se candidata plementar 178/2021.	ar, de acordo com o parágrafo 2º do
Lei Complementar	178/2011. Declaro, ainda, esta	s requisitos previstos no Anexo I-A d ar ciente que se <i>eleito em uma da</i> ares não poderei concorrer nas demais
Nesses termos, re gratificada de Vice-D		cesso de nomeação para a funçã
	Peruíbe,de	de 2025.
	Assinatura do(a) cand	lidato(a)
Deferido (a) por:		Data://2025

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº. 029/2025

CONCURSO Nº. 01/2023

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, TORNA PÚBLICA AS SEGUINTES DESCLASSIFICAÇÕES:

FICAM DESCLASSIFICADOS OS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS POR NÃO TEREM COMPARECIDO EM QUALQUER DAS ETAPAS DESTE COCURSO, DESISTIDO OU NÃO TEREM ATENDIDO AS CONDIÇÕES DA CONVOCAÇÃO DO EDITAL ABAIXO:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO Nº. 037/2025

CARGO - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II - LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS

CLASSIFICAÇÃO GERAL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
3941800-6	IVAN HENRIQUE PERON Obs: Em substituição a exoneração de Fatima Ali Lopes	03

CARGO - AGENTE DE DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL

CLASSIFICAÇÃO GERAL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
3857131-5	SIMONE CREUSA DA SILVA SAGAS Obs: Em substituição a exoneração de Lilia Aparecida Silva Andrade	56

CARGO - AUXILIAR DE TRANSPORTE

CLASSIFICAÇÃO GERAL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
4006856-0	RUBENS DE OLIVEIRA FILHO Obs: Em substituição a exoneração de Tatiane Bianchini Sllva	02

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, EM 29 DE AGOSTO DE 2025.

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE tua Nilo Soares Ferreira, 50 - Centro - CEP: 11750-000 / Tel.: (13) 3451-1000 CNPJ: 46.578.514/0001-20 / E-mail: prefeituraperuibe@peruibe2.sp.gov.br Estado de São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO Nº. 038/2025

CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, Estado de São Paulo, CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público de Provas e Títulos nº. 001/2023, homologado no dia 13 de dezembro de

COMPARECIMENTO NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2025 ÁS 09:00 HRS.

CARGO - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II - LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS

CLASSIFICAÇÃO GERAL

	INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
Г	3997631-9	NATHALIA COELHO DOS REIS Obs: Em substituição a exoneração de Fatima Ali Lopes	04

CARGO - AGENTE DE DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL

CLASSIFICAÇÃO GERAL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
3875625-0	MAXSUEL SOUZA OLIVEIRA Obs: Em substituição a exoneração de Lilia Aparecida Silva Andrade	57

CARGO - AUXILIAR DE TRANSPORTE

CLASSIFICAÇÃO GERAL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
3870414-5	IASMIN ANDRADE SILVA Obs: Em substituição a expreração de Tatiane Bianchini Silva	03

O(s) candidato(s) aprovado(s) acima mencionado(s) deverá(ão) comparecer à SECRETARIA MUNICIPAL DE

EDUCAÇÃO DE PERUIBE, sito à Rua Francisco Moratori, nº. 146- Centro, Peruibe/SP. munido(s) dos documentos originais e cóp

- 02 fotos 3 x 4 iguais e recentes
- Certidão de Nascimento e/ou Casar
- Cédula de identidade RG:
- Cadastro de Pessoa Física CPF;
- Situação cadastral do CPF;
- Título de eleitor;
- Comprovante de votação da última eleição ou Certidão de quitação eleitoral;
- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação, quando do sexo masculino (até 45anos);
- Pesquisa ou extrato de participação do PIS / Pasep (PIS Caixa Econ.Federal/Pasep Banco do Brasil) ou declaração de firma anterior, informando não haver feito o cadastro;
- Cópia da carteira de trabalho se tiver.
- Comprovante de residência (conta de consumo recente últimos 90 dias: água, luz ou telefone; contrato de aluguel vigente);
- Comprovante de Escolaridade requeridos pelo cargo (Diploma), conforme item 2.1- Quadro 2 do Edital de Abertura nº. 01/2018;
- Comprovante de registro no Conselho Regional de Classe para profissões regulamentadas e declaração de regularidade (quando xigido como requisito para o cargo);
 - Cpf do cônjuge;
 - Certidão de Nascimento dos filhos(a) menores de 14 anos, e CPF;
 - Caderneta de vacinação atualizada dos filhos(a) menores de 05 anos, se hou
 - Comprovante de filhos(a) incapazes;
 - Carteira Nacional de Habilitação CNH (quando exigido como requisito para o cargo);
 - Comprovação de experiência (quando exigido como requisito para o cargo);
 - Atestado de Antecedentes Criminais Estadual (caso seja de outro estado trazer o de SP e do estado de em que reside atualmente); - Atestado de Antecedentes Criminais Federal

 - Certidão de Distribuição Criminal Estadual (caso seja de outro estado trazer o de SP e do estado de em que reside atualmente);
 - Declaração de não acumulação de cargo público; ou declaração de acumulação de cargo público, do órgão oficial com respectiva carga horária. função e dias trabalhados, suieita a análise do Setor Jurídico;
 - Declaração de bens ou DIRPF atual;
 - Certidáo se é ou já foi funcionário público nos último 05 (cinco) anos (Federal, Estadual ou Municipal), seja como celetista, estatutário ou contratado comprovando que não foi punido anteriormente com pena de demissão e/ou não está respondendo a qualquer processo administrativo que possa ensejar a sua demissão. Ná hipótese de ter sido punido com pena de demissão ou estar respondendo processo administrativo será encaminhada par análise jurícios.

CARGO	REQUISITO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
Professor de Educação Básica IILíngua Estrangeira Moderna - Inglês	Licenciatura de graduação plena, com habilitação específica em Língua Estrangeira Moderna – Inglês	 27 e 36 horas a critério da necessidade da Secretaria Municipal da Educação. 	R\$ 2.800,64 – 18H R\$ 4.200,86 – 27H R\$ 5.601,22 – 36H
Agente de desenvolvimento infanto-juvenil	Ensino Médio Completo	40H	R\$ 2.839,27
Auxiliar de transporte.	Ensino Fundamental Completo	40H	R\$ 1.847,83

O não comparecimento dos candidatos no DIA F HORÁRIOS CITADOS, a ausência da documentação exinida qua

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, EM 29 DE AGOSTO DE 2025.

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE Rua Nilo Soares Ferreira, 50 - Centro - CEP: 11750-000 / Tel.: (13) 3451-1000 CNP3: 46.578.514/0001-20 / E-mail: prefeituraperuibe@peruibe2.sp.gov.br Estado de São Paulo

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº.004/2025

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, TORNA PÚBLICA AS SEGUINTES DESCLASSIFICAÇÕES:

FICAM DESCLASSIFICADOS OS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS POR NÃO TEREM COMPARECIDO, DESISTIDO OU NÃO TEREM APRESENTADO A DOCUMENTAÇÃO NO PRAZO ESTIPULADO NO EDITAL DE CONVOCAÇÃO, ABAIXO INDICADO, DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 003/2025:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO № 06/2025

CARGO - PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA - TE

LISTA GERAL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
3909378-6	EDUARDO JOSE RIBEIRO JUNIOR	63°

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO Nº. 07/2025

LISTA GERAL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
4015067-4	THAINA FERREIRA DA SILVA Obs: Conforme manifestação antecipada de desistência do chamamento nº. 07/2025	64°

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, EM 29 DE AGOSTO DE

2025

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE Rua Nilo Soares Ferreira, 50 - Centro - CEP: 11750-000 / Tel.: (13) 3451-1041 CNPJ: 46.578.514/0001-20 / E-mail: rh.pmperuibe@gmail.com Estado de São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO Nº. 08/2025 EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 03/2025 - PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, Estado de São Paulo, CONVOCA o(s) candidato(s) classificado(s) no Edital de Chamar

LISTA GERAL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
3895872-4	CAMILA CRISTINE RODRIGUES DE MORAES COIMBRA	82°
3985129-0	ELISANGELA FELIX TEIXEIRA	86°

O(s) candidato(s) aprovado(s) acima mencionado(s) deverá(ão) comparecer ao Secretaria Municipal de Educação, sito à Rua Francisco Moratori, nº. 146, Centro, Peruibe/SP, NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2025, ÁS 9:00HRS., munido(s) dos documentos originais e cópias simples

- O1 foto 3 x 4;
 Certido de Nascimento e/ou Casamento;
 Cédula de Identidade RG;
 Certido de Antecedentes Criminais (da SSP);
 Alestado de Antecedente Criminal Federal;
 Certido de Distribução Criminal Estadual;
 Certido de Distribução Criminal Casada de Certido de Distribução Criminal Certido de Distribução Criminal Certifolica de Trabalho se tiver;

- PIS alou PASEP.

 Certificado de Resenvista ou Dispensa de Incorporação, quando do sexo masculino (até 45 anos);

 Comprovante de Escolaridade exigido pelo cargo (Diploma de conclusão do curso e histório escolar);

 Comprovante de registro no respectivo Conselho Regional de Classe;

 Certidado de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se houver);

 Comprovante de Infilios incapazos (Be houver);

 Comprovante de Infilios incapazos (Be houver);

 Caderneta de Vacinação atualizada dos filhos menores de 5 anos (se houver);

 Caderneta de Vacinação atualizada dos filhos menores, do córtique e de qualquer e cortos (CPF (Cadastro de Pessao Fisica) dos filhos menores, do córtique e de qualquer e cortos (CPF (Cadastro de Resignamento de volto vigla publico de qualquer periodo (Quandro horver);

 Comprovante de enfereço atualizado (Silmos 90 dias: corta de água, luz; telefone ou contrato de locação);

 Comprovante de de seligiamento de outro vigla publico de qualquer periodo (Quandro horver);

 Comprovante de velisignamento de outro vigla publico de qualquer periodo (Quandro horver);

 Comprovante de velisignamento de outro vigla publico de qualquer periodo (Quandro horver);

 Comprovante de velisignamento de outro vigla publico de qualquer periodo (Quandro horver);

 Comprovante de velisignamento de outro vigla publico de veguidare periodo (Quandro horver);

CARGO	REQUISITO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
Professor Substituto de Educação Básica	Licenciatura de graduação plena em Pedagogia ou Normal superior com habilitação para docência	27H	R\$ 4.200,86

ão de qualquer dos documentos acima ou o não comparecimento dos candidatos no DIA E HORÁRIO CITADO, a ou a manifestação por escrito de renúncia à vaga, implicará na exclusão da classificação do candidato do referido Edita

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE. EM 29 DE AGOSTO DE 2025.

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL



EDIÇÃO 582 - ANO III

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE
Rua Nilo Soares Ferreira, 50 - Centro - CEP: 11750-000 / Tel:: (13) 3451-1000
CNPJ: 46.578.514/0001-20 / E-mail: prefeituraneruibe@peruibe2.sp.gov.br
Estado de São Paulo

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº. 05/2025

CHAMAMENTO Nº. 04/2025 - PEB II - EDUCAÇÃO ESPECIAL - DM

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, TORNA PÚBLICA AS SEGUINTES DESCLASSIFICAÇÕES:
FICAM DESCLASSIFICADOS OS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS POR NÃO TEREM
COMPARECIDO EM QUALQUER DAS ETAPAS DESTE COCURSO, DESISTIDO OU NÃO TEREM ATENDIDO AS CONDIÇÕES DA
CONVOCAÇÃO DO EDITAL ABAIXO:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO Nº. 05/2025

LISTA GERAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
52 °	ANA MARIA PINHEIRO MARTINS	3895931-3

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, EM 29 DE AGOSTO DE 2025

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE

Rua Nilo Soares Ferreira, 50 - Centro - CEP: 11750-000 / Tel.: (13) 3451-1041 CNPJ: 46.578.514/0001-20 / E-mail: rh.pmperuibe@gmail.com Estado de São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO Nº. 02/2025 EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 05/2025 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II - EDUCAÇÃO FÍSICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, Estado de São Paulo, CONVOCA o(s) candidato(s) classificado(s) no Edital de Chamamento nº. 05/2025 - Secretaria Municipal de Educação, para contratação temporária, conforme relação de classificação abaixo

LISTA GERAL

Classificação 20 ° Candidato ROBERTO PINHEIRO

O(s) candidato(s) aprovado(s) acima mencionado(s) deverá(ão) compare Educação, sito à Rua Francisco Moratori, nº. 146, Centro, Peruíbe/SP, NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2025, ÁS 09HRS., munido(s) dos documentos originais e cópias simples descritos abaixo

- 01 foto 3 x 4;

 Certidão de Nascimento e/ou Casamento;

 Cédula de Identidade RG;

 Certidão de Antecedentes Criminais (da SSP);

 Atestado de Antecedente Criminai Federal;

 Certidão de Distribuição Criminai Estaduai;

 CPF (Cadastro de Pessoa Fisica) e situação cadastral;

 Carteria de trabalho se tiver;

 Título de Eleitor;

 Comprovante de votação atual e/ou Comprovante de Quitação Eleitoral;

 PIS e/ou PASEP;

 Certificado da Pesservista ou Disnensa de Incompração, quando do sexo PIS e/ou PASEP; Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação, quando do sexo masculino (até 45 anos)

- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação, quando do sexo masculino (até 45 anos);
 Comprovante de Escolaridade exigido pelo cargo (Diploma de conclusão do curso e histório escolar);
 Comprovante de registro no respectivo Conselho Regional de Classe;
 Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se houver);
 Comprovante de filhos incapazzes (se houver);
 Coderneta de Vacinação atualizada dos filhos menores de 5 anos (se houver);
 CPF (Cadastro de Pessoa Fisica) dos filhos menores de 5 anos (se houver);
 CPF (Cadastro de Pessoa Fisica) dos filhos menores de 6 de água, luz, telefone ou contrato de locação);
 Comprovante de endereço atualizado (diltimos 90 dias: conta de água, luz, telefone ou contrato de locação);
 Comprovante de desligamento de outro órgão público de qualquer período (quando houver);
 Declaração de não acumulação de cargo público; ou declaração de acumulação de cargo público, ou dorgão oficial com respectiva carga horária, função e dias trabalhados, sujeita a análise jurídica.

CARGO	REQUISITO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
Professor de Educação Básica II - Educação Física	Licenciatura de graduação plena, com habilitação específica em Educação Física e registro junto ao Conselho Regional de Educação Física (CREF)		R\$4.200,86

A não apresentação de qualquer dos documentos acima ou o não comparecimento dos candidatos no DIA E HORÁRIO CITADO, a ausência da documentação exigida ou a manifestação por escrito de renúncia à vaga, implicará na da classificação do candidato do referido Edital de Chama

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍRE. EM 29 DE AGOSTO DE 2025

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE

o Soares Ferreira, 50 - Centro - CEP: 11750-000 / Tel.: (13) 3451-1041 CNPJ: 46.578.514/0001-20 / E-mail: rh.pmperuibe@gmail.com Estado de São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO Nº. 06/2025 EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 04/202 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II - EDUCAÇÃO ESPECIAL - DM

A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, Estado de São Paulo, CONVOCA o(s) candidato(s) classificado(s) no Edital de Chamamento nº. 04/2025 - Secretaria Municipal de Educação, para contratação temporária, co classificação abaixo

LISTA GERAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
65 °	LUANA MAURICIO DOS SANTOS	4023825-3

O(s) candidato(s) aprovado(s) acima mencionado(s) deverá(ão) comparecer ao Secretaria Municipal de Educação, sito à Rua Francisco Moratori, nº. 146, Centro, Peruibe/SP, NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2025, ÁS 09HRS., munido(s) dos documentos originais e cópias simples descritos abaixo

- Comprovante de votação atual e/ou Comprovante de Quitação Eleitoral; PIS e/ou PASEP; Certificard o Becandor. servista ou Dispensa de Incorporação, quando do sexo masculino (até 45 ano Escolaridade exigido pelo cargo (Diploma de conclusão do curso e histório es registro no respectivo Conselho Regional de Classe:
- ante de Escolaridad

- Comprovante de registro no respectivo Conselho Regional de Classe;
 Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se houver);
 Comprovante de filhos incapazes (se houver);
 Cadernate de Vacinação atualizada dos filhos menores de 5 anos (se houver);
 CPF (Cadestro de Pessoa Fisica) dos filhos menores, do córijuge e de qualquer outro dependente declarado;
 CPF (Cadestro de Pessoa Fisica) dos filhos menores, do córijuge e de qualquer outro dependente declarado;
 Cemprovante de enderepo atualizado (dilimos 90 días, conta de água, tuz, telefone ou contrato de locação);

- vante de desiligamento de cutro (roĝa público de qualque periodo (quando houver); vante de desiligamento de cutro (roĝa público de qualque periodo (quando houver); ção de não acumulação de cargo público; ou declaração de acumulação de cargo público, do órgão oficial com respectiva carga horária, dias trabalhados suieita a análise iurídica.

CARGO	REQUISITO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
Professor de Educação Básica II - Educação Especial - DM	Licenciatura de graduação plena, com habilitação específica em Educação Especial - Deficiência Mental ou Pedagogia com pós-graduação em Educação Especial.	36H	R\$ 5.601,22

tação de qualquer dos documentos acima ou o não comparecimento dos candidatos no DIA E HORÁRIO CITADO. nentação exigida ou a manifestação por escrito de renúncia à vaga, implicará na exclusão da clas referido Edital de Chamamento

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, EM 29 DE AGOSTO DE 2025.

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL

ASSISTÊNCIA SOCIAL



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei Nº 16.58/1995

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS CONVITE ÀS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E A ORGÃOS GOVERNAMENTAIS EDITAL CMDCA Nº 01/2025

Considerando a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente

Considerando a Lei Municipal nº3.771 de 25 de novembro de 2019; que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento

Considerando a Resolução nº113 de 19 de abril de 2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes:

Considerando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas;

Considerando o Diagnóstico Social do CMDCA do ano de 2025, que identificou as prioridades do CMDCA

Considerando a Resolução Normativa Nº 03, de 07 agosto de 2025 - CMDCA, que dispõe sobre o Plano de Ação e o Plano de Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Peruíbe (FMDCA) para o Biênio de 2026 e 2027;

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Peruíbe, no uso de suas atribuições conferidas por lei, torna público o Edital de Seleção de Projetos a serem executados com entidades da sociedade civil e/ou órgãos públicos, voltados à promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes do município de Peruíbe.

Este Edital é regido pelo termo da Lei Federal nº 13.019/14, com alterações introduzidas pela Lei Federal nº 13.204/15, e do Decreto Municipal nº 5.001, de 21 de agosto de 2020, que "Regulamenta as Normas Gerais para as Parcerias Voluntárias, envolvendo ou não transferências de Recursos Financeiros, estabelecidas pelo Município e suas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Prestadoras de Serviço Público, e suas subsidiárias, com Organizações da Sociedade Civil, em Regime de Mútua Cooperação, para a Consecução de Finalidades de Interesse Público", sendo devidamente publicado no Diário Oficial do Município de Peruíbe.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei N° 16.58/1995

- 1.1. O presente Edital tem por finalidade selecionar projetos a serem executados com entidades da sociedade civil e/ou órgãos públicos, voltados à promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.
- 1.2. Para fins deste Edital, entende-se por projeto o conjunto de ações inovadoras e/ou complementares às políticas públicas de promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes a serem desenvolvidas exclusivamente no município de Peruíbe, com duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por até 48 (quarenta e oito) meses, tendo como beneficiários diretos crianças, adolescentes e suas famílias, residentes no município de Peruíbe.
- 1.3. São público-alvo deste Edital a criança e o adolescente em risco social ou situação de vulnerabilidade, prioritariamente, e sem prejuízo de transversalidades, aqueles(as):
 - a. Em cumprimento de medida socioeducativa e/ou pós medida;
 - b. Em acolhimento institucional e/ou familiar;

 - d. Em situação de pobreza, em especial, de pobreza extrema;
 - e. Vítimas de violência sexual, doméstica, institucional ou psicológica;
 - f. Em situação de trabalho infantil doméstico, trabalho informal, exploração sexual ou exploração por organização criminosa;
 - g. Com deficiência, doença rara, doenças crônicas e genéticas e neurodivergentes, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação;
 - h. Pertencentes a grupos étnicos de migrantes, refugiados e apátridas em situação de itinerância/nomadismo, indígenas, quilombolas, romani (assim chamados ciganos) e demais grupos étnico-raciais discriminados;
 - i. Em dificuldade de acesso à educação, saúde, assistência social e direito à cidade.
- 2. O(s) projeto(s) a ser(em) apresentado(s) deverá(ão) contemplar crianças e adolescentes, nos Eixos e Diretrizes que compõem o presente Edital, de acordo com o seguinte recorte etário
 - a. Crianças de 0 a 11 anos, 11 meses e 29 dias, compreendendo-se a primeiríssima infância o período dos 0 aos 3 anos e a primeira infância o período dos 0 aos 6 anos de idade;
 - b. Adolescentes de 12 a 17 anos, 11 meses e 29 dias, ressalvados os casos de preparação e introdução ao trabalho e de cumprimento de medidas socioeducativas.



da Organização poderá apresentar até 01 (um) projeto, por eixo.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei Nº 16.58/1995

- 4. Não serão admitidos projetos referentes a serviços e atividades já atendidos por recursos públicos, com exceção dos projetos que contemplem uma ampliação de usuários de serviços já contemplados
- Cada projeto apresentado deverá contemplar somente 1 (um) Eixo e poderá contemplar mais de uma Diretriz dentro de seu respectivo Eixo:

EIXO 1: PRIMEIRA INFÂNCIA - 01 (UM) PROJETO DE ATÉ R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

DIRETRIZES

- 1.1. Projetos que visem o desenvolvimento pleno e integral do potencial de bebês e crianças de
- 1.2. Projetos de educação artística para bebês e crianças de 0 a 6 anos.
- 1.3. Projetos de disseminação de conhecimentos e valorização da atenção, do cuidado e coparticipação no desenvolvimento de bebês e crianças de 0 a 6 anos, destinado pais/cuidadores/familiares/responsáveis.
- 1.4. Projetos de fortalecimento de vínculos familiares para bebês e crianças de 0 a 6 anos e suas famílias, incluindo a importância do brincar, com o objetivo do desenvolvimento ou prevenção de situações ou do risco de isolamento social.
- 1.5. Projetos voltados para prevenção de acidentes na primeiríssima e primeira infância.
- 1.6. Projetos para diagnóstico, tratamento ou acompanhamento de transtorno do espectro autista, em todos os seus níveis, direcionado a bebês e crianças de 0 a 6 anos e suas famílias

EIXO 2: MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E/OU PÓS-MEDIDA – 01 (UM) PROJETO DE ATÉ R\$100.000,00 (cem mil reais)

DIRETRIZES

- Projetos de incentivo às práticas artísticas, culturais, tecnológicas, tecnológicas par dolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto
- 2.2. Projetos de incentivo ao protagonismo, autonomia, desenvolvimento de potencialidades e habilidades socioemocionais para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa m meio aberto e/ou que estejam em pós-medidas;





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei Nº 16.58/1995

2.3. Projetos para orientação e apoio parental para familiares de adolescentes, que estejam cumprindo medida socioeducativa.

EIXO 3: TRABALHO E RENDA – 01 (UM) PROJETO DE ATÉ R\$120.000,00 (cento e vinte

DIRETRIZES

- 3.1. Projetos que ensinem educação financeira à adolescentes, abordando poupança, orçamente consumo consciente:
- 3.2. Projetos que almejem conscientizar adolescentes sobre o papel dos tributos, sua função social e a importância da cidadania fiscal;
- 3.3. Projetos que trabalhem com cursos profissionalizantes e atividades de Preparação para o Mundo do Trabalho para adolescentes;
- 3.4. Projetos para desenvolvimento de habilidades socioemocionais no ambiente de trabalho para adolescentes

EIXO 4: SEGURANÇA DE CONVÍVIO - 04 (QUATRO) PROJETOS DE ATÉ R\$100.000,00 (cem mil reais)

DIRETRIZES

- 4.1 Projetos que promovam atividades de convívio direcionadas às crianças e/ou adolescente na área da Assistência Social
- 4.2 Projetos que promovam atividades de convívio direcionadas às crianças e/ou adolescent nas áreas da Educação e/ou Educação Social
- 4.3 Projetos que promovam atividades de convívio direcionadas às crianças e/ou adolescente
- 4.4 Projetos que promovam atividades de convívio direcionadas às crianças e/ou adolescente na área de Esporte e Lazer

EIXO 5: APOIO À PARENTALIDADE – 01 (UM) PROJETO DE ATÉ R\$20.000,00 (vinte mil







CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei Nº 16.58/1995

- 5.1. Projetos que trabalhem com pais/ responsáveis e seus filhos adolescentes sobre planejamento reprodutivo, a prevenção da gravidez na adolescência, na perspectiva dos direito sexuais e reprodutivos;
- 5.2. Projetos que trabalhem com pais/ responsáveis e seus filhos adolescentes ações d conscientização em relação à paternidade na adolescência;
- 5.3. Projetos que trabalhem com pais/ responsáveis e seus filhos adolescentes estímulo d alimentação saudável, incluindo o incentivo ao aleitamento materno.
- 5.4. Projetos que trabalhem que com pais/ responsáveis e seus filhos crianças e/ou adolescentes estratégias de apoio nas relações familiares, por meio do desenvolvimento da comunicação não violento.
- 5.5. Projetos que trabalhem com pais/ responsáveis e seus filhos crianças e/ou adolescentes o desenvolvimento de estratégias para o convívio baseado no respeito mútuo, no respeito à diversidade, e na corresponsabilidade que todos os membros da família para o fortalecimento da capacidade de sua função protetiva.
- 5.1.Os projetos deverão ter duração de 01 (um) ano, sem interrupção, salvo no caso de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade da Organização desde que tal fato altere fundamentalmente as condições de execução do projeto a contar da data de início de vigência prevista no Termo de Fomento celebrado e somente após autorização do CMDCA de Peruibe.
- 5.2. O apoio financeiro será concedido à (s) Organizações e Órgãos Públicos selecionadas nos termos do presente edital, onerarão as seguintes contas funcionais programáticas do orçamento de 2026: 02.15.01.08.243.0008.1038.
- 5.3. A parceria será formalizada mediante Termo de Fomento no exercício de 2026, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.
- 5.4. As entidades e órgãos interessados deverão habilitar-se mediante a apresentação da Plano de Trabalho Detalhado e Aplicação Financeira, bem como com a comprovação da capacidade técnica e operacional, bem como de sua experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, na forma do artigo 25 e seguintes do Decreto Municipal nº 5.001/2020.
- 5.5. As propostas que forem apresentadas para mais de um serviço e/ou atividade deverão ser apresentadas separadamente e, igualmente, serão avaliadas individualmente por cada respectivo plano de trabalho.





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei № 16.58/1995

6. DA PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar do presente Edital:
- 6.1.1. Órgãos Públicos da Execução Direta do Município de Peruíbe;
- 6.1.2. Organizações da Sociedade Civil, com no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo comprovado pela documentação contida na Cláusula 3.6 do presente edital, e no momento da celebração, com a apresentação dos documentos exigidos no item 4.
- 6.2. Entidades de outros municípios poderão participar da presente seleção, desde que apresentem Protocolo de Solicitação de Inscrição no CMDCA de Peruíbe.
- 6.3. Concluído o processo de seleção, os Termos de Fomento somente poderão ser assinados mediante apresentação do Registro da Entidade no CMDCA de Peruibe.
- 6.4. O Plano de Trabalho Detalhado e Aplicação Financeira deverão estar vinculados aos Eixos presentes no presente Edital, apresentado pelo CMDCA de Peruíbe, disponível para consulta no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Peruíbe e fisicamente na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, sito à Avenida São João, 664, Centro, telefone: (13) 3451-1000, Ramal 5257.
- 6.5. Modelos de documentos para a elaboração do Plano de Trabalho Detalhado e Aplicação Financeira e demais permanecerão disponíveis para download no sitio oficial: http://www.peruibe.sp.gov.br/; no "Portal da Transparência", na aba "Mais Transparência"; "Consulta de Documento", aba "Terceiro Setor"

7. DA PROPOSTA E DA SOLICITAÇÃO ONLINE

7.1. Cada OSC deverá apresentar 01 (um) "Solicitação Online", para cada proposta, com sua identificação e a documentação do item 3.6, através do Protocolo Web, localizado no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Peruibe https://www.peruibe.sp.gov.br/, clicando no botão "Portal do Cidadão" e clicando no botão "Solicitação Online". A Solicitação Online deverá ser registrada com o assunto "TERC.SETOR (Assistência Social) Documentação de chamamento público".





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei Nº 16.58/1995

- 7.2. O Plano de Trabalho Detalhado e Aplicação Financeira seguirão as diretrizes estabelecidas no Item 1 do presente Edital, cabendo a cada interessado demonstrar a possibilidade de cumprimento do Programa, atendendo os requisitos abaixo:
 - I Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexe entre essa realidade e as atividades do programa e metas a serem atingidas;
 - Π Descrição de metas a serem atingidas e de atividades do programa a seren executados;
 - III A previsão de receitas e despesas a serem realizadas na execução das ações incluindo os encargos sociais e trabalhistas quando for o caso;
 - IV A forma e prazos de execução das atividades do programa e de cumprimento de metas a eles atreladas, indicando, quando cabivel, as que demandarão atuação em rede;
 - V A definição de indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados como parâmetros para a aferição de valores e do cumprimento das metas, observando as diretrizes do Eixo.
- 7.3. A proposta deve ser apresentada em .PDF assinado, intitulada "Plano de Trabalho Detalhado e Aplicação Financeira", para o período de vigência do Termo de Fomento, observando todos os aspectos das Diretrizes do Eixo.
- 7.4. As propostas deverão referir-se ao ano calendário de 2026.
- 7.5. Obrigatoriamente os documentos protocolados deverão conter o Plano de Trabalho Detalhado e Aplicação Financeira e a Comprovação da Capacidade Técnica e Operacional, bem como de sua experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, contendo em sua descrição os seguintes dizeres:



EDITAL CMDCA N°01/2025 CONVITE ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E À ÓRGÃOS PÚBLICOS "PLANO DE TRABALHO DETALHADO E APLICAÇÃO FINANCEIRA E COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA/OPERACIONAL"





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei Nº 16.58/1995

RAZÃO SOCIAL:

8. DA DOCUMENTAÇÃO DE CELEBRAÇÃO

- 8.1. Encerrado o processo de chamamento público, através da homologação do resultado final, no Diário Oficial do Município, será iniciado a 2ª Fase, denominada "Celebração da Parceria".
- 8.2. Na 2ª Fase, a OSC/Órgão fará uma nova Solicitação Online, seguindo as instruções do item 3.1 deste Edital ou encaminhará e-mail ao CMDCA < cmdcaperuibc@gmail.com >, juntando um Oficio elencando a Documentação de Celebração, bem como o Plano de Trabalho Detalhado e Aplicação, corrigido, em sendo caso de apontamentos da Comissão de Seleção de Projetos do CMDCA, para vigência do Termo de Fomento, respeitando os prazos estabelecidos nesse Edital e na forma do artigo 33 do Decreto Municipal nº 5.001/2020.
- 8.3. A Documentação de Celebração será composta de:
 - 8.3.1. Relatório Circunstanciado de Atividades da entidade/do Órgão nos últimos 12 meses, de forma sucinta ou atestado de experiências emitidos por organizações/ órgãos públicos para os quais realizou ações semelhantes contendo a descrição do trabalho realizado de forma pormenorizado, bem como os resultados alcançados; ou noticias veiculadas na midia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas; ou publicações e pesquisas realizadas; ou prêmios locais ou internacionais recebidos, na área de atuação de direitos de crianças e adolescentes:
 - 8.3.2. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade social/Prefeitura se for órgão Público, com CNAE voltado à atividade-fim:
 - 8.3.3. Cópia do Estatuto Social registrado (no caso de entidades), e eventuais alterações, com objetivos voltados à área de atuação a qual se propõe a realização da parceria e à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, contendo cláusula afirmando que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos deste Decreto e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei Nº 16.58/1995

- 8.3.4. Cópia da ata de eleição e, se for em datas distintas, da posse do quadro dirigente atual (no caso de entidades);
- 8.3.5. Cópia da Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do presidente, responsável ou substituto legal, da entidade/Órgão;
- 8.3.6. Comprovação de que a organização da sociedade civil/Órgão funciona no endereço por ela declarado (Art. 34, VII da Lei 13019/14), exemplo: Comprovante de endereço atual em nome da Razão Social:
- 8.3.7. Certificado de Regularidade do FGTS CRF (junto ao sítio da Caixa Econômica Federal) (Para órgãos Públicos emitir o da Prefeitura)
- 8.3.8. Certidão de Regularidade de Débitos Tributos Federais e Dívida Ativa da União CCF conforme Portaria RFB-PGFN № 1751-2014; (para órgãos Públicos emitir o da Prefeitura);
- 8.3.9. Certidão de Regularidade de Débitos Tributos Estaduais (para órgãos Públicos emitir o da Prefeitura);
- 8.3.10. Certidão de Regularidade de Débitos Tributos Municipais;
- 8.3.11. Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas CNDT (para órgãos Públicos emitir o da Prefeitura);
- 8.3.12. Declaração de endereço eletrônico e e-mail institucional que será utilizada para divulgação das informações de que trata o art. 11 da Lei 13.019/14, acompanhada de print da tela inicial para comprovar estar ativa (exigência facultada a órgãos públicos);
- 8.3.13. Para OSCs, relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço residencial, número e órgão expedidor da carteira de identidade; número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil RFB de cada um deles; e-mail e telefone de contato;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Loi Nº 16 58/1005

- 8.3.14. Para OSCs, Declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da OSC de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- 8.3.15. Para OSCs, Declaração atualizada de que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- 8.3.16. Declaração de que a OSC não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria (inciso X do art. 165 da IN nº 02/16 do TCE/SP e art.39 da Lei Federal 13.019. de 2014):
- 8.3.17. Para OSCs, Declaração referente ao art.34 da Lei Federal nº 13.019, de 2014 (inciso VIII do art.165 da IN nº 02/16) e de que manterá durante todo o período da parceria as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação e de que manterá íntegra a sua idoneidade perante os órgãos das Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal;
- 8.3.18. Para OSCs, Declaração de que reúne condições de manter durante o periodo de vigência da parceria as instalações e condições materiais adequadas à execução do objeto e cumprimento das metas estabelecidas, respeitado o disposto no §5º do art. 33 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- 8.3.19. Para OSCs, Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz;
- 8.3.20. Quadro detalhado de todos os funcionários/terceirizados vinculados à execução de termos firmados com o Município, inclusive, aqueles não pagos com recursos da respectiva pareeria, contendo: nome completo, remuneração mensal de forma individualizada, a função que desempenha e o total de remuneração previsto para o respectivo exercício, carga horária semanal dedicada às atividades:





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei Nº 16.58/1995

- 8.3.21. Para OSCs, Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício DRE -Registrados na Junta Comercial ou Publicados em meios de comunicação de grande circulação;
- 8.3.22. Comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de Peruíbe (CMAS) ou protocolo de oficio com pedido de inscrição no respectivo conselho, caso se trate de serviço tipificado pelo Conselho Nacional de Assistência Social;
- 8.3.23. Comprovante de inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Peruibe (CMDCA) ou protocolo de oficio com pedido de inscrição no respectivo conselho;
- 8.3.24. Declaração de abertura e manutenção de conta em instituição bancária pública, exclusiva para a transferência dos recursos de cada parceria, ou extrato zerado em banco público, com esta finalidade.
- 8.4. Os documentos deverão ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente por subitem da habilitação, de modo a facilitar sua análise.
- 8.5. Toda documentação deverá estar válida no momento da protocolização na Fase de Celebração e também no momento de assinatura do Termo de Parceria.
- 8.6. O Oficio para abertura do Processo Administrativo deverá conter a documentação, contendo em seu cabecalho, os seguintes dizeres: Porufbo SP

CMDCA DE PERUIBE
EDITAL CMDCA N°01/2025
"DOCUMENTAÇÃO DE CELEBRAÇÃO"
OSC/ÓRGÃO:

9. DOS PRAZO

9.1. O prazo de vigência do presente edital é até a celebração do Termo de Fomento com a OSC selecionada.





tion por ROSIANE TIEME UNE GUTTERREZ (Rubrica) nos termos da lei 14,063/2020.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei Nº 16.58/1995

CHAMAMENTO PÚBLICO – CMDCA 2025 ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PLANO DE TRABALHO (PRIMEIRA FASE - PÚBLICA)			
Etapa	Atividade	Prazos	
Etapa I	Publicação e Divulgação do edital no Diário Oficial do Município – DOM-e	01/09/2025	
Etapa II	Data limite para o recebimento dos Planos de Trabalho Detalhados e Aplicação Financeira e Comprovação de Capacidade Técnica e Operacional — Via Solicitação Online no Sistema GCASPP – Portal do Cidadão	30/09/2025	
Etapa III	Fase de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção do CMDCA	01 a 09/10/2025	
Etapa IV	Divulgação do resultado preliminar da análise e julgamento das propostas no Diário Oficial do Município.	13/10/2025	
Etapa V	Interposição de Recursos contra o resultado preliminar.	14 a 16/10/2025	
Etapa VI	Ciência aos demáis interessados acerca dos recursos interpostos e abertura do prazo para apresentação de alegações que entenderem pertinentes. Não havendo a interposição de recursos, as demaiscapas serão antecipadas, mantendo-se o interstício neste fixado.	17/10/2025	
Etapa VII	Divulgação do Resultado da análise e julgamento dos recursos, resultado final e homologação no Diário Oficial do Município.	21/10/2025	

CI	CELEBRAÇÃO DAS PARCERIAS (SEGUNDA FASE - ADMINISTRATIVA)			
Etapa	Atividade	Prazos		
Etapa I	Abertura de processo Administrativo, Solicitação Online no Sistema GCASPP – Portal do Cidadão, contendo a documentação de celebração, Proposta de trabalho detalhado e Plano de Aplicação.	24 a 31/10/2025		
Etapa II	Análise da documentação de celebração e Proposta de trabalho detalhado.	03 a 05/11/2025		





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei Nº 16.58/1995

Etapa III	Período para eventual regularização documental, do detalhamento da Proposta. Não havendo a necessidade de regularização documental, as demais etapas serão antecipadas, mantendo-se o interstício neste fixado.	06/11 e 07/11/2025
Etapa IV	Conferência da Documentação regularizada	10 a 12/11/2025
Etapa V	Assinatura do Termo de Fomento.	A partir de 13/11/2025

10. JULGAMENTO E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

- 10.1. Os Planos de Trabalho Detalhado e Aplicação Financeira serão apreciadas pela Comissão de Seleção do CMDCA, devidamente constituída para esse fim, por meio de Resolução do CMDCA.
- 10.2. A Comissão será composta por Conselheiros Titulares e Suplentes, assessorados pela Secretaria Executiva do CMDCA e, caso se faça necessário, pela área jurídica da Administração Municipal.
- 10.3. Não participarão da Comissão de Seleção mais de um membro do mesmo segmento representado.
- 10.4. É vedada a participação na Comissão de Conselheiros do CMDCA representantes/integrantes de entidades participantes da seleção.
- 10.5. Nenhum membro da Comissão de Seleção do CMDCA poderá participar de forma alguma da proposta de participantes, ou ter quaisquer vínculos com as propostas apresentadas, ou de parentesco com membros das entidades proponentes.
- 10.6. A Comissão de Seleção do CMDCA é soberana quanto ao mérito de suas decisões.
- 10.7. Serão utilizados os seguintes critérios para aplicação da pontuação para fins de seleção dos projetos, com as pontuações relacionadas abaixo, sendo que a nota máxima de cada Proposta de Plano de Trabalho, considerando os Critérios de Aceleração de Pontuação, será de 13,0 (treze) pontos:

CRITÉRIOS APLICADOS NA PONTUAÇÃO DOS PROJETOS	
SEGMENTO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
	POR SEGMENTO





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei № 16.58/1995

A	Clareza, qualidade e viabilidade da implementação da	5,0
	Proposta	
В	Comprovação de conhecimento e experiência na área através da análise de currículo e material apresentado	1,0
С	Adequação do orçamento às ações da Proposta	2,0
D	Evidenciação da relação do plano de trabalho com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU	2,0
	TOTAL	10

	CRITÉRIOS DE ACELERAÇÃO DA PONTUAÇÃO DOS PROJETOS (TEMAS PRESENTES DE MODO TRANSVERSAL NOS PLANOS DE TRABALHO)	
	SEGMENTO	PONTUAÇÃO ADICIONADA
A	Projetos que contenham em seus planos de trabalho ações relacionadas à Educação Ambiental, Sustentabilidade e Justiça Climática.	+0,5
В	Projetos que contenham em seus planos de trabalho ações relacionadas à disseminação do conhecimento sobre a Cultura Oceânica: conscientização sobre a importância do oceano para a vida na Terra, incluindo a regulação do clima e a produção de oxigênio, a influência reciproca entre o oceano e nós através de atividades como pesca, mergulho, surf, navegação, arte, música e até mesmo culturas relacionadas ao mar.	+0,5
С	Projetos que contenham em seus planos de trabalho ações relacionadas ao respeito à diversidade de orientação sexual, gênero e intersexo.	+0,5
D	Projetos que contenham em seus planos de trabalho ações relacionadas ao enfrentamento e conscientização com relação ao capacitismo e como afeta os direitos das crianças e adolescentes.	+0,5





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei Nº 16.58/1995

Е	Projetos que contenham em seus planos de trabalho ações de educação em direitos humanos para crianças e/ou adolescentes, versando sobre o combate ao racismo, direitos da população negra, indígena, quilombola, romani (assim chamados ciganos) e outros grupos étnico-raciais discriminados.	+0,5
F	Projetos que contenham em seus planos de trabalho ações relacionadas à preservação de bens materiais e imateriais do patrimônio cultural das comunidades quilombolas, indígenas, romani (assim chamados ciganos) e outros grupos étnico- raciais discriminados.	+0,5
	TOTAL	3

- 10.8. Não serão selecionados projetos de caráter religioso ou partidário.
- 10.9. As propostas receberão uma nota correspondente à somatória máxima de 13 (treze) pontos e serão classificadas de acordo com esta pontuação no caso de haver mais de uma proposta para o mesmo
- 10.10. Nos casos de empate, será considerada como critério de desempate a pontuação referente ao item "Comprovação de conhecimento e experiência na área através da análise de currículo".
- 10.11. Se ainda assim persistir o empate, caberá a Comissão de Seleção do CMDCA a decisão de critério de desempate.
 Compare de libro Municipal Des

11. DOS RECURSOS:

- 11.1.Caberá recurso da decisão da Comissão de Seleção, em até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da publicação do resultado no Diário Oficial do Município de Peruíbe/SP, protocoladas da Solicitação Online no Sistema GCASPP Portal do Cidadão, conforme item 8.2;
- 11.2.O Recurso deverá estar devidamente fundamentado, conforme Minuta de Interposição de Recurso disponibilizada em anexo a esse Edital;
- 11.3.Os documentos deverão ser apresentados ordenadamente, sequencialmente por subitem da habilitação, de modo a facilitar sua análise.



TEME

io caberá recurso das respostas dos recursos interpostos.

tinado por NOSIAME TIENE UNE CUITERREZ, (Nubrica) nos termos da Lei 14 468/12020. K de validacão de assinaturas: hitbs://assinadoronline.ccaspo.com/verificacao.sapx/49334864-3889-48e7-af93-6fe576fi2d2d



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei N° 16.58/1995

11.5.O resultado do julgamento dos recursos e a homologação do resultado da seleção deste Edital serão publicados no Diário Oficial do Município de Peruíbe/SP.

12. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 12.1. O presente Edital poderá ser impugnado até 05 (cinco) dias úteis após sua publicação, por meio de manifestação escrita, protocolada na Solicitação Online no Sistema GCASPP - Portal do Cidadão enderecada à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, aos cuidados da Presidente do CMDCA de Peruíbe, a quem compete analisar junto a Comissão de Elaboração do Edital do CMDCA
- 12.2. A decisão do Plenário do CMDCA de Peruíbe poderá ser precedida de manifestação técnica e/ou jurídica, a critério da autoridade julgadora.
- 12.3. As impugnações, bem como as decisões, serão juntadas aos autos do processo deste Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 12.4. As impugnações não suspendem os prazos previstos neste Edital.
- 12.5.As possíveis alterações do Edital, por iniciativa oficial ou decorrentes de eventuais impugnações, serão divulgadas pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. A Etapa VII da "Fase Pública", do Item 9.2, será antecipada, caso não haja Interposição de Recursos ocorrendo no dia 17/10/2025.
- 13.2.No caso de antecipação mencionada no item 13.1, a Etapa I, da 2ª Fase, iniciará no dia em 20/10/2025 e poderá se encerrar em 24/10/2025.





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA DE PERUÍBE-SP Lei Nº 16.58/1995

- 13.3.Caso não haja necessidade de correção documental, as Etapas III e IV, da Segunda Fase, do Item 9.2, serão suprimidas.
- 13.4. Cumpridas as hipóteses dos itens 13.1, 13.2 e 13.3, a assinatura do Termo de Fomento, poderá ocorrer
- 13.5.Em qualquer fase do Edital podem ser chamados membros técnicos de outras áreas de interesse deste edital para auxiliarem nos trabalhos da Comissão de Seleção.
- 13.6.Os casos omissos ou que suscitem dúvida serão decididos em Reunião da Plenária do CMDCA.



TIEME





PLANO DE TRABALHO DETALHADO E APLICAÇÃO

Edital CMDCA de Peruíbe Nº 01/2025

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 Da Organização/Entidade

	1, 1, 1
Nome da Organização/Entidade/Orgão:	C.N.P.J. 0000000000/0000
	(ADD) (F.) (
Endereço completo	(DDD) Telefone
endereço oficial da Organização/Entidade)	C/X
Cidade	JF CEP
	(
Sitio na internet	3-mail
10	CONTA
Nome do responsável pela Organização/Entidade:	C.P.F.
	do Presidente ou responsável legal
Endereço completo	(DDD) Telefone
	(
Nome do responsável pelas informações financeiras	C.P.F.
Endereço completo	(DDD) Telefone



1.2 Do Programa a Ser Executado

Nome do Programa		Usuários (NÚMERO PREVISTO DE ATENDIMENTO EM CADA LOCAL
Endereço completo		
preencher com informações e endereço oficial do local onde	e será executado o programa (LOCAL	DE ATUAÇÃO);
Nome do Programa		Usuários (NÚMERO PREVISTO DE ATENDIMENTO EM CADA LOCAL)
Endereço completo (2)		150
Nome do Coordenador/Responsável:	Grau de Escolaridad	de e/ou Formação Profissional:
Atuação do Coordenador:	D	
(DDD) Telefone:	E-mail	

2. VALIDADE DO	PLANO I	DE TRABALHO		
Vigência	Inicio		Final	
12 – Meses				
Informar a quantidade de meses que terá validade o plano de trabalho		informar o dia, mês e ano que se iniciará a execução do Plano de Trabalho e Aplicação;		informar o dia, mês e ano que se findará a execução do Plano de Trabalho e Aplicação;

3. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

4. PÚBLICO ALVO



Descrever o Público que se pretende atender. Deverá estar em conformidade com o objeto e objetivos do chamamento público em tela.

5. JUSTIFICATIVA/DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

O Plano de Trabalho destre ostras exigência, deverá conter minimamente a descrição da realidade que será objeto da paceria, devendo ser deducanteda o nexe com esas estadade e a sa tividade so me organama e mata a serem aisiglair. "Identifier a rede execucionisticacial cinterestorial. Demonstra de forma clara as vulnerabilidades e riscos que motivam a execução do fregaram. Demonstrar do rima clara as vulnerabilidades e riscos que motivam a execução do fregaram. Demonstrar do rimado de motivamente co nexo de programama en das administratorial de resultados as resultados a resultados administratoria almento da resultados administratoria almento da resultados administratoria almento da resultados administratoria dos resultados administratoria do programama.

6. OBJETIVOS

6.1 Objetivo Geral

Deverá respeitar os parâmetros do Edital para elaboração do plano. O objetivo geral deve ser descrito deforma mais ampla e sucinta, deve expressar a intenção de atingir um determinado fim, uma mudança sobre uma determinado situação PROBLEMA. É como se alguém lhe perguntasse "O que você pretende aleançar como programa"?

6.2 Objetivos Específicos

De forma mais detalhada deserver cada objetivo. Os objetivos são os passos estratégicos para que o objetivo geral possa ser alcançado. Devem demonstrar os resultados concretos das ações que se pretendem alcançar durante a execução do programao, o objetivo deve indicar uma situação possível de ser concretizada, e que contribuem para atendar e objetivo gera.

7. METODOLOGIA DO PROGRAMA

Descrever brevemente sobre o Programa, como este será organizado e ofertado, a proposta de trabalho, as estratégias de atuação, especificar o periodo de funcionamento de cada departamento (horários, dias); condições e formas de acesso do usuário, formas de araticulação com a rede sociosassitencia e intenseturia; fiomas de monitoramento e avaliação do programa; purcerias para execução das atividades, informar quando houver ações descentralizadas em locais públicos e/ou cedidos, normas e regulamentações que respublica e parametrizam o defenda das ações.

8. CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL



8.1 Recursos Humanos

(Especificar TODOS os trabalhadores envolvidos nas atividades do Programa em tela. Apresentar os trabalhadores custeados pela Organização/Entidade, e os trabalhadores previstos no Plano de Aplicação-a serem custeados pelos recursos da parceria).

Ocupação Profissional	Qtd.	Grau de Escolaridade	Carga Horária / Semanal	Forma de Contratação
Equipe de Educação Superior				
				2
Equipe de Ensino Médio				
			0,71	
			10,0	
		12		
Equipe de Ensino Fundamental				
		$C_{I_{A}}$		
		V		

8.2 Capacidade de atendimento da OSC/Órgão:

XX (_____) crianças/adolescentes.

Informar o número máximo de vagas atendidas pela OSC/Órgã

8.3 Modalidade do Programa ofertado pela OSC/Órgão:

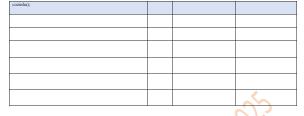
Exemplos: educação infantil; acolhimento de idoso; programa de convivência, Futebo

8.4 Estrutura Física

(Especificar os todos ambientes físicos do local que será utilizado para o desenvolvimento e gerenciamento do programa).

	Ambiente Físico Especificar os espaços vinculando à finalidade de uso (ex: sala de multiuso e/ou de oficinas, sala de equipe técnica, recepção, refeitório,	Qtd.	Capacidade de atendimento*	Equipamentos Disponíveis**
200				





* Capacidade de Atendimento:

Informar o número máximo de usuários que poderão estar utilizando os espaços simultaneament

OBSERVAÇÃO: é de obrigação informar a capacidade somente nos espaços específicos para o uso/atendimento dos usuários, exceto espaços como cozinha, almoxarifado, entre outros.

** Equipamentos Disponíveis:

Especificar os equipamentos instalados, de uso exclusivo dos ambientes, e em pleno funcionamento como: mobiliários, eletrônicos, computadores, entre outros.

OBSERVAÇÃO: equipamentos que transitam pelos espaços como notebook, aparelhos de áudio e vídeo, entre outros, deverão se informados junto à sala do Coordenador e/ou responsável pelo Programa.

9. METAS DE ATENDIMENTO

As metas devem ser quantificáveis/mensuráveis, de forma que permita o seu acompanhamento e aferição. Deve ser realista, concreta, alcançável no tempo previsto. As metas devem apresentar os RESULTADOS QUANTIFICÁVEIS dos objetivos específicos.

N°	Metas	Formas de Aferição*	Prazo/ Medição**
01	70		
02	(,)		
03			
04			
05			
06			

* Formas de Aferição: Especificar quais serão os meios e/ou os instrumentais utilizados para conferir o cumprimento ou não as metas



TIEME

re prazo meturato: Especimear em que tempo a meta sera atentas. Devera miormar o mes e o ano (EALEMITLO: JANZ-JUN) em que a meta será aferida, ou informar a periodicidade (EXEMPLO: MENSAL) em que a meta será medida. Vale lembrar que em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014 em seu art. 22 o Plano de Trabalho dentre outras exigências, deverá conter

minimamente a descrição de metas a serem atingidas (...)" e definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição o cumprimento das metas".

10. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Atividades*	Periodicidade**	Resultados
	da avaliação	Esperados***
		10/1/2
META 2 Reescrever as mesmas metas espec	ificadas no item 9;	
Atividades*	Periodicidade**	Resultados
	da avaliação	Esperados***
	Pla	
	$C_{I_{A}}$	
META 3 Reescrever as mesmas metas espec	ificadas no item 9;	
Atividades*	Periodicidade**	Resultados
	da avaliação	Esperados***
.00		
.(40		
META 4Reescrever as mesmas metas especi	ficadas no item 9;	
Atividades*	Periodicidade**	Resultados
	da avaliação	Esperados***

11. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

Aquisição de Materiais



TIEME UNE (

ado por ROSIANE TIEME UNE GUTIERREZ (Rubrica) nos termos da lei 14.063/2020.

Itens de Despesa		Anual (R\$)
Material de Custeio		
Material Permanente		
SUBTOTAL		
Folha de Pagament	o: Funcionários e Terceirizad	los
Itens de Despesa	Mensal (R\$)	Anual (R\$)
Recursos Humanos		~~
Recursos Humanos		9/1/2
Encargos		1112.
Contabilidade	6	
SUBTOTAL	101	3
TOTAL		

* Atridades: Especificar de <u>forma detathada</u> as atridades que serão desenvolvidas para o cumprimento e atendimento da meta correlacionada. São as rotinas e a prática dos trabalhadores que irão viabilizar o alcance da meta. O Plano de Trabalho dentre outras exigências, deverá conter minimamente a descrição (...) de atividades a serem executados" e forma de execução das atividades (...) e de cumprimento das metia a eles atreladas".

*** Periodicidade: Especificar o intervalo da atividade, ou seja, à distincia no tempo em que se reproduz a atividade, podendo ser:
diários, semansis, quanzenal, mensil; himostral, tirmestral, semestral e amai;

**** Resultado Esperado; As atividades gorrelacionados à meta devem afançar aquisições aos sustirios e até mesmo promover
importante o costis, noses suefado devejas ere operações das a expensitars os contitado final, que se opera aleasçar com a execução
das atividades, podendo cor importa misividad, familiar eou comunitario.

Neste campo serão demonstrados os bons resultados promovidos pelo Programa em Tela.

Resulta-se que em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014 em seu art. 35. A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada (.../*, em seu § 1º O relatório técnico ide monitoramento e avaliação da parceria colebrada (.../*, em seu § 1º O relatório técnico ide monitoramento e avaliação da parceria, sem projutição de outres dementos, devoir contert. —) análise das atividades realização, do cumprimento das metals e do timporto do beneficio social obtido em zazão da execução do objeto até o periodo, com base nos indicaderes enhabectos es questados no parla ost tantavados no parte as tentares.

Peruíbe, (dia) de (mês) de 2025.

ROSIANE TIEME UNE (

Responsável pela elaboração do programa

(cargo e/ou função)

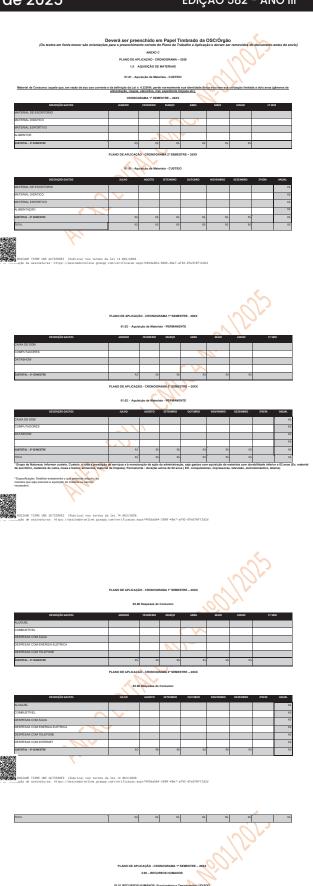
(Representante Legal da OSC/Órgão)

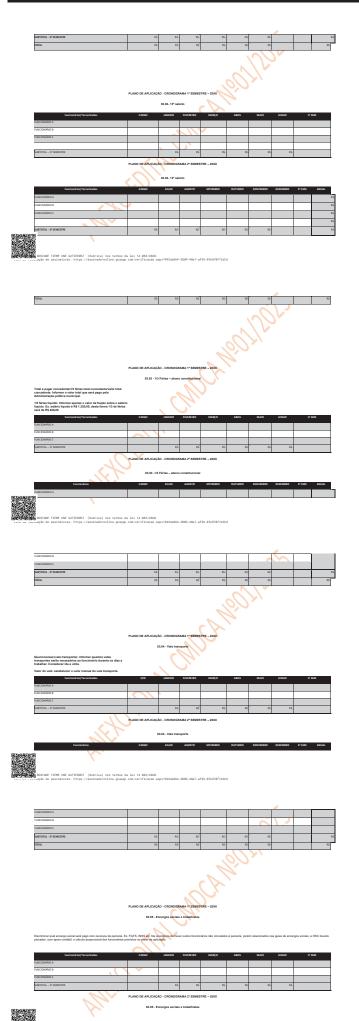


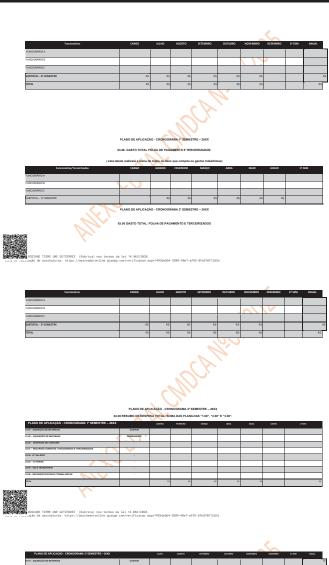
				QUADRO	DE ATIVIDA	NDES	(Suge:	stão de modelo	para preei	nchimento).
	SE	GUNDA	TER	ÇA-FEIRA	QUAR	QUARTA-FEIRA		QUINTA-FEIRA		TA-FEIRA
DIAS / HORÁRIOS	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	ATIVIDADE	RESPONSÁVE
01° Aula	Teatro	João					/ 4	V		
	Futebol	Maria					1, 1			
(07:00h às 07:50h)	Música	José				. 0		1		
	Dança	Silvia								
02° Aula (07:50 às 08:40h)										
(07:50 às 08:40h)						- 1				
						, Y ,				
03° Aula										
(08:40h às 9:30h))				
					1111					
				INTERVA	LO (09:30 às 1	10:00h)				
04° Aula)					
(10:00h às 10:50h)				11/	P					
05° Aula				1/ /-						
(10:50h às 11:40h)				11.						
				ALMO	O (11:40h às	13h)				
06° Aula				V						
(13:00h às 13:50h)		. (
07* Aula (13:50h às 14:40h))							
08* Aula (14:40h às 15:30h)		7/1								

NE TIDME UNE GUTIERREZ (Rubrica) nos termos da lei 14.853/2808. de assinaturas: https://assinadoronline.gcaspp.com/verificacao.aspx?493da564-3889-48e7-af93-8fe578f12d2d

09* Aula (16:50h às 17:40h)						- ~	
						1500	
					10,	771,	
					DA		
				Plan),),		
				Cla.			
			(P				
		. ~ (?)	<i>\)</i> ,				
		10					
ve e	PLA						
ROSIANE TIEME UNE	RUTIERREZ (Rubrica) no	os termos da lei 14	.863/2828.				
- valvação de assinatura	: https://assinadoron	line.gcsspp.com/ver	ificacso.aspx?4	33da564-3889-48e7-af9	I-8fe578f12d2d		









Section Time and curtiples (Bahrica) non-termon de les 14 8507208.



CATEGORIA OU NATUREZA DA DESPESA

Abaixo segue tabela com categorias/finalidades as quais as Despesas devem ser classificadas no Plano de Trabalho – o qual representa o planejado; no RG – o realizado; bem como no DRD – as despesas acumuladas, conforme Portaria Nº 448, de 13 de setembro de 2002 da (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL).

ALIMENTAÇÃO
ALUGUEL
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS
ASSESSORIA JURÍDICA
COMBUSTÍVEL: Limitado à Execução Direta do Objeto
DESPESAS COM RECURSOS HUMANOS: Contratações Direta ou Indireta
DESPESAS COM ÁGUA
DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA
DESPESAS COM INTERNET
DESPESAS COM TELEFONE
ENCARGOS TRABALHISTAS
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO
MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
MATERIAL DE LIMPEZA
MATERIAL DIDÁTICO/PEDAGÓGICO
MATERIAL ESPORTIVO
MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS
MEDICAMENTOS
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
SERVIÇOS CONTÁBEIS
TRANSPORTE
VIAGENS – ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM





Deverá ser preenchido em Papel Timbrado da OSC/Órgão

AMERO EDITAL CANDOA NO. 1. PORTO DE LA PROPINSIÓN DE LA P

RESUMO DO CRONOGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

<u>MÊS</u>	TOTAL DE DESPESA	TRANSFERÊNCIA DE
	(TOTAL APURADO NA	RECURSOS
	PLANILHA 4.00)	_<_
		<i>-</i> 053
<u>JANEIRO</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
FEVEREIRO	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
MARÇO	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
ABRIL	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
MAIO	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
JUNHO	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
JULHO	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>AGOSTO</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>SETEMBRO</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
OUTUBRO	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
NOVEMBRO	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
DEZEMBRO	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
TOTAL	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
W / 2		

Peruíbe, XX de Xxxxxxx de 20XX

XXXXXXXXXX



MODELO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Modelo de formulário para interposição de recurso contra decisão relativa ao Edital CMDCA nº01/2025 – Edital de Seleção de Projetos RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO EDITAL Nº 01/2025, publicado no edital

Direitos da Criança e do Adolescente de Peruíbe.
200 L
Eu,, portador do documento de
identidade nº, requerimento da inscrição nº, para soncorrer com a proposta para a execução de atividades de natureza XXXXXXX a serem prestados ao
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentede Peruíbe, para
XXXXXXX (OBJETO DO EDITAL). Pelo presente, apresento recurso junto à Comissão de
Seleção do CMDCA, contra decisão da mesma.
A decisão objeto de contestação é
Os argumentos com os quais confesto a referida decisão são:
Para fundamentar essa contestação encaminho anexos os seguintes documentos:
- EDI
Peruibe_1de 2025
Eil Control

Assinatura do requerente/ Responsável Legal





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERUÍBE

RESOLUÇÃO DELIBERATIVA Nº 04, DE 26 AGOSTO DE 2025 - CMDCA

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PROJETOS A SEREM FINANCIADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, POR MEIO DO EDITAL CMDCA Nº01/2025

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DO MUNICÍPIO DE PERUÍBE, no uso das competências que lhes são conferidas na legislação em vigor.

CONSIDERANDO sua responsabilidade na construção de políticas públicas adequadas às reais necessidades de atendimento às crianças e adolescentes do município;

CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº 1658/1995, a Lei Nº 3.771, de 25 de novembro de 2019, o Decreto nº 6.507, de 07 de maio de 2025, Decreto nº 6.480, de 01 de abril de 2025 e as demais legislações federais, que disciplinam as atribuições do CMDCA em genir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA nº03/2025 que dispõe sobre o Plano de Ação e o Plano de Aplicação do biênio 2026/2025, por meio do qual o CMDCA fixa critérios de utilização dos recursos do FMDCA para as áreas consideradas prioritárias em relação aos objetivos políticos fixados.

CONSIDERANDO as deliberações da Plenária Ordinária deste CMDCA, realizada em 26 de agosto de 2025;

RESOLVE:

Artigo 1º - Instituir a Comissão de Seleção de Projetos do CMDCA para atuar no Edital CMDCA nº01/2025.

Artigo 2º- A Comissão de Seleção de Projetos do CMDCA para atuar no Edital CMDCA nº01/2025 será composta pelos seguintes Conselheiros de Direito:

- I. Lucas Cortezzi Marques
- II. David Veronezi
- III Martiniano José das Neves Neto





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERUÍBE

IV. Genivaldo dos Santo

Artigo 3º - A Comissão de Seleção será assessorada pela Secretária Executiva do CMDCA.

Parágrafo Único - O assessoramento da Secretária Executiva se dará exclusivamente por meio de orientação técnica e esclarecimentos sobre assuntos relacionados à execução de políticas públicas para crianças e adolescentes, bem como na elaboração de atas e registro dos trabalhos, não tendo a mesma direito a voto.

Artigo 4º -À Comissão de Seleção compete:

- Analisar os Projetos e seus Planos de Aplicação;
- II. Atribuir a pontuação conforme o Edital nº01/2025;
- III. Cumprir os prazos e orientações previstas no edital nº01/2025.

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERUÍBE EXTRATO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO – DISPENSA 80/2025 AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA 80/2025 -CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DO VEÍCULO AUTOMOTOR DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE PERUÍBE, ESPECIFICAMENTE UM JEEP RENEGADE FLEX 1.8, AUTOMÁTICO, ANO FABRICAÇÃO 2021, ANO MODELO 2021, PLACA GCZ6J55, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA TÉCNICA QUALIFICADA - PROCESSO 15609/2025 - VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 8.262,91 (OITO MIL, DUZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS) - DATA INÍCIO PARA ENVIO DE PROPOSTAS: 01/09/2025 ÀS 08H00 - DATA FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 04/09/2025 ÀS 08H00 - LINK: WWW.COMPRASBR.COM.BR - CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERUIBE EXTRATO DE ADITAMENTOS – 2.025

ADITAMENTO Nº: 150/2025 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PERUÍBE –

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE SUMARÉ - OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA PARA O DESENVOLVIMENTO DE RESIDÊNCIA INCLUSIVA PARA ADULTOS COM DEFICIÊNCIA COM IDADE ENTRE 18 A 59 ANOS, CONFORME DISCRIMINAÇÃO CONSTANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) E DE ACORDO COM OS TERMOS DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 04/2023 NA CATEGORIA SERVIÇO DE ACOLHIMENTO NA MODALIDADE DE RESIDÊNCIA INCLUSIVA. - MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE 87/2023 - PROCESSO N° 20.662/2025 - ASSINATURA: 29/08/2023 - MOTIVO: ADITA PRAZO (12 MESES) - CONTRATO: 139/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERUIBE EXTRATO DE CONTRATO – 2025

CONTRATO: 125/2025 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE - CNPJ/MF 46.578.514/0001-20 - CONTRATADA: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA - CNPJ/MF 79.788.766/0027-71 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAIS ESCOLARES, PARA FORNECIMENTO AOS ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - MODALIDADE: PE 52/2025 - PROCESSO Nº 16506/2025 - ASSINATURA: 22/08/2025 - VIGÊNCIA: 06 (SEIS) MESES - VALOR TOTAL: R\$ 399.928,60

ORIGEM: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № 11/2024, DO FUNDO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO № 90002/2024/FNDE/MEC.

s termos da lei 14.063/2020

TIEME

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERUIBE EXTRATO DE CONTRATO - 2025

132/2025 – CONTRATANTE: PREFEITURA CONTRATO: MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS (DE ARTISTAS LOCAIS) EM FESTIVIDADES DO CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE PERUÍBE, CONFORME DISCRIMINAÇÃO CONSTANTE DO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) E DE ACORDO COM OS TERMOS DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025 -CONTRATADA: KAMILA SANTOS DE OLIVEIRA - MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE 99/2025 - PROCESSO Nº 18.202/2025 -ASSINATURA 29/08/202525 - VIGÊNCIA: 12 MESES - VALOR: R\$ 4.416,00.

ATOS DO EXECUTIVO



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

киа Nilo Soares Ferreira nº 50. Сеntro - CEP 11770-122 Fone (013) 3451-1000 – RAMAL 1220 - e-mail: assparla@peruibe2.sp.gov.br Assessoria Parlamentar

LEI Nº 4.749, DE 28 DE AGOSTO DE 2025 - fis.1

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO NO VALOR DE R\$ 1.193.000,00 (UM MILHÃO CENTO E NOVENTA E TRES REAIS).

FELIPE ANTÔNIO COLAÇO BERNARDO, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2025, FOI APROVADO POR 11 VOTOS FAVORÁVEIS E NENHUM VOTO CONTRÂRIO E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI.

PROJETO DE LEI N° 054, DE 08 DE AGOSTO DE 2025, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO.

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abertura de crédito a título de Remanejamento, Transposição e Transferência na Lei Municipal nº 4.600, de 11 de dezembro de 2024, conforme previsto na Constituição Federal, artigo 167, inciso VI no valor total de R\$ 1.193.000,00 (um milhão cento e noventa e três mil reais), sendo seus créditos e recursos descritos abaixo:

I- CREDITO- Transferência no valor de R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais):

a) CREDITO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, art. 167, inciso VI;

	PODER EXECUTIVO	
02.10.00	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE	
02.10.03	DEPTO. DE ASSIST SECUND E SERV.	
	TÉCNICOS	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.302.0005.2061	Atenção à Saúde da Mulher, Criança e	
	Adolescente	
	Despesas Correntes	
293.3390.36	Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física	335.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		335.000,00

b) RECURSO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, artigo 167, inciso VI:

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.10.00	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE	
02.10.03	DEPTO. DE ASSIST SECUND E SERV.	
	TÉCNICOS	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	

10.302.0005.2061	Atenção à Saúde da Mulher, Criança e	
	Adolescente	
	Despesas Correntes	
291.3390.30	Material de Consumo	185.000,00
294.3390.39	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	150.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		335 000 00

II- CREDITO- Transferência no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais

a) CREDITO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, art. 167. inciso VI:

art. 107, moles 11,		
02.00.00	PODER EXECUTIVO	
	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE	
02.10.07	DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E	
	EMERGÊNCIA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.302.0005.2166	Samu - Serv. Atend. Móvel Urgência	
	Despesas Correntes	
371.3390.36	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Física	350.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		350.000.00

b) RECURSO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, artigo 167, inciso VI;

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.10.00	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE	
02.10.07	DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E	
	EMERGÊNCIA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.302.0005.2166	Samu - Serv. Atend. Móvel Urgência	
	Despesas Correntes	

Ì	20020000 00	i
369.3390.30	Material de Consumo	200.000,00
373.3390.39	Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica	150.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		350.000,00

III- CREDITO- Transferência no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil

reais)

a) CREDITO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, art. 167, inciso VI;

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.10.00	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE	

02.10.07	DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.302.0005.2165	Upa – Unidade de Pronto Atendimento	
	Despesas Correntes	
364.3390.36	Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física	500.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		500.000,00

b) RECURSO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, artigo 167, inciso VI:

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.10.00	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE	
02.10.07	DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.302.0005.2165	Upa – Unidade de Pronto Atendimento	
	Despesas Correntes	
362.3390.30	Material de Consumo	500.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		500.000,00

IV- CREDITO- Transferência no valor de R\$ 8.000.00 (oito mil reais)

a) CREDITO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, art. 167, inciso VI;

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE	
02.10.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA BÁSICA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.301.0005.2057	Manut. Programa Atenção Básica	
	Despesas Correntes	
263.3390.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	8.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		8.000,00

b) RECURSO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, artigo 167, inciso VI;

	PODER EXECUTIVO	
	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE	
02.10.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA BÁSICA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.301.0005.2057	Manut. Programa Atenção Básica	
	Despesas Correntes	
251.3390.30	Material de Consumo	8.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		8.000,00

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, 28 DE AGOSTO DE 2025.

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11770-122 Fone (013) 3451-1000 – RAMAL 1220 - e-mail: assparla@peruibe2.sp.gov.br Assessoria Parlamentar

LEI Nº 4.750. DE 28 DE AGOSTO DE 2025 - fls.1

INSTITUI O SERVIÇO PÚBLICO DE LOTERIA NO MUNICÍPIO DE PERUÍBE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE ANTÔNIO COLAÇO BERNARDO, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2025. FOI APROVADO POR 11 VOTOS FAVORÁVEIS E NENHUM VOTO CONTRÁRIO E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI.

PROJETO DE LEI N° 056, DE 18 DE AGOSTO DE 2025, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO.

Art. 1º- Fica instituído, no âmbito do Município de Peruíbe, o serviço público de loteria, cuja exploração constitui prerrogativa do Poder Executivo

Art. 2º- A exploração do serviço de loteria observará as modalidades

previstas na legislação federal, compreendendo, entre outras:

I - Loteria de prognósticos numéricos;

II - Loteria de prognósticos esportivos:

III - Loteria instantânea

Art. 3º- A exploração do serviço público de loteria poderá ser executada pelo Poder Executivo de forma direta ou indireta, por meio de concessão ou permissão, precedida do devido processo licitatório, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º-O produto da arrecadação auferido com a exploração das modalidades lotéricas, após a dedução dos valores destinados ao pagamento de prêmios, ao imposto de renda incidente sobre a premiação e às despesas de custeio e manutenção do serviço, será destinado ao financiamento de políticas públicas e projetos nas seguintes áreas:

I- Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;

II- Secretaria Municipal de Cultura;

IV- Secretaria Municipal de Turismo:

V- à redução do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social -RPPS do Município de Peruíbe-SP

Parágrafo único- Os recursos provenientes da loteria municipal serão depositados em conta exclusiva para esse fim

Art. 5º-Os prêmios não reclamados pelos apostadores no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da realização do sorteio, serão revertidos ao Fundo Social de Solidariedade do Município de Peruíbe.

Art. 6º- Compete à Secretaria Municipal da Fazenda a regulamentação, a supervisão e a fiscalização da execução do serviço público de loteria, podendo, para tanto, editar os atos normativos complementares que se fizerem necessários.

Parágrafo único- Fica o Poder Executivo autorizado a criar comissão de fiscalização das loterias municipais a ser regulamentado por Decreto

Art. 7º- A pessoa jurídica que vier a operar as modalidades lotéricas deverá, em observância à Lei Federal nº 9.613, de 3 de março de 1998, e suas alterações, comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), ou órgão que suceder, as operações que possam configurar indícios dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.

Art. 8º- O Poder Executivo adotará os sistemas de segurança e de garantia que julgar necessários à proteção dos produtos lotéricos contra adulteração e contrafação.

Art. 9º- O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) días, contados da data de sua publicação. **Art. 10-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, 28 DE AGOSTO DE 2025.

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11770-122 Fone (013) 3451-1000 – RAMAL 1220 - e-mail: assparla@peruibe2.sp.gov.br Assessoria Parlamentar

LEI Nº 4.751. DE 28 DE AGOSTO DE 2025 - fis.1

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS).

FELIPE ANTÔNIO COLAÇO BERNARDO, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2025, FOI APROVADO POR 11 VOTOS FAVORÁVEIS E NENHUM VOTO CONTRÁRIO E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI.

PROJETO DE LEI Nº 058. DE 18 DE AGOSTO DE 2025. DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Art. 1°- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abertura de crédito adicional ESPECIAL no valor de <u>R\$ 100.000,00</u> (cem mil reais), na Lei Municipal n° 4.600, de 11 de dezembro de 2024, conforme previsto no inciso II, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, sendo seus créditos e recursos descritos abaixo:

Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

a) CRÉDITO- previsto no inciso II do art. 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de marco de 1964

ao maryo ao 100 n		
	CRÉDITO	
02.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.30.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES	
02.30.01	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
PROGRAMA: 0006	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
FUNÇÃO: 13	CULTURA	
SUBFUNÇÃO: 392	DIFUSÃO CULTURAL	
PROJETÔ/ATIVIDADE: 2188	ESCOLA MUN.LIVRE DE MÚSICA	
MODALIDADE APLICAÇÃO: 04	Despesa de Capital	
ELEMENTO ECONÔMICO: 4490.52	Equipamentos e Material permanente	100.000,00
FONTE DE RECURSO: 92	TRANSF. CONV. ESTADUAIS-VINCULADOS EX. ANTERIORES	
CÓDIGO DE APLICAÇÃO E VARIAÇÃO: 100.148	CONV.2020CV00032- INSTRUMENTOS ESCOLA MUN. MUSICA	
TOTAL DE CRÉDITO		100.000,00

b) RECURSO- Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, conforme previsto no inciso I, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964).

ORIGEM	<u>DESCRIÇÃO</u>	VALOR
	CV-INST. PARA ESC MUSICA LIVRE - N° REF.: 2023NL00552 - Emenda Parlamentar N°2020.036.17870	100.000,00
		100.000,00

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, 28 DE AGOSTO DE 2025.

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL



01 de setembro de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11770-122 Fone (013) 3451-1000 – RAMAL 1220 - e-mail: assparla@peruibe2.sp.gov.br Assessoria Parlamentar

LEI Nº 4.752, DE 28 DE AGOSTO DE 2025 - fis.1

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS).

FELIPE ANTÔNIO COLAÇO BERNARDO, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2025, FOI APROVADO POR 11 VOTOS FAVORÁVEIS E NENHUM VOTO CONTRÁRIO E 1 ABSTENÇÃO E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI.

PROJETO DE LEI N° 059, DE 18 DE AGOSTO DE 2025, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO.

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abertura de crédito adicional ESPECIAL no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), na Lei Municipal nº 4600, de 11 de dezembro de 2024, conforme previsto no inciso II, do art. 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo seu crédito e recurso

I- Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 600,000,00 (seiscentos mil

a) CRÉDITO- previsto no inciso II do art. 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CRÉDITO		
03.00.00	MUNICIPAL DE PERUIBE	
03.01.01	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PERUIBE	
PROGRAMA: 0002	GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO	
ATIVIDADE: 2003	Gestão Previdenciária	
FUNÇÃO: 09	Previdência Social	
SUBFUNÇÃO: 272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	
MODALIDADE APLICAÇÃO: 03	Despesas Correntes	
ELEMENTO ECONÔMICO: 33.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	600.000,00
FONTE DE RECURSO: 04	Recursos Próprios Administração Indireta	
CÓDIGO DE APLICAÇÃO E VARIAÇÃO: 602 - 0000	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – PLANO PREVIDENCIÁRIO	
TOTAL DE CRÉDITO		600.000,00

b) RECURSO- Superávit Financeiro apurado em Balanco Patrimonial do exercício anterior, conforme previsto no inciso I, do art.43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964).

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, 28 DE AGOSTO DE 2025.

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 - CEP 11770-122 - Fone (0xx13) 3451.1220

<<< Estado de São Paulo.>>>

Assessoria Parlamentar – e-mail: assparla@peruibe2.sp.gov.br

DECRETO N.º 6.590, DE 27 DE AGOSTO DE 2025 - fls. 1

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 354.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL REAIS).

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE-SP, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

Art. 1º- Fica aberto no Poder Executivo Municipal um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 354.000.00 (Trezentos e cinquenta e quatro mil reais), conforme previsto no inciso I, do art. 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº 4.600, de 11 de dezembro de 2024, sendo seus créditos e recursos

I- Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

a) CRÉDITO- previsto no inciso I do art. 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
02.05.02	DEPART. RENDAS E TRIBUTOS MOBILIÁRIOS	
PROGRAMA: 0004	QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO	
04.123.0004.2033	APOIO ADMINISTRATIVO - CAD. MOBILIÁRIO	
	DESPESAS CORRENTES	
142.3390.39	OUTROS SERV.TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	10.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		10.000,00

b) RECURSO- Anulação de dotação, conforme previsto no inciso III, do art.43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
02.05.02	DEPART. RENDAS E TRIBUTOS MOBILIÁRIOS	
PROGRAMA: 0004	QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO	
04.123.0004.2033	APOIO ADMINISTRATIVO - CAD. MOBILIÁRIO	
	DESPESAS CORRENTES	
141.3390.36	OUTROS SERV.TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.000,00
143.3390.40	SERV.TEC. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-PJ	9.000,00
TOTAL DE RECURSO		10.000,00

II- Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

a) CRÉDITO- previsto no inciso I do art. 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de marco de 1964

	1	
02.00.00	PODER EXECUTIVO	
	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAUDE	
02.10.04	DEPTO. DE ASSIST. HOSP. E REGUL. MÉDICA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA	
10.302.0005.2068	COMPLEXIDADE	
	DESPESAS CORRENTES	
302.3190.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	100.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		100.000,00

b) RECURSO- Anulação de dotação, conforme previsto no inciso III, do art.43, da Lei Federal $n^{\rm o}$ 4.320, de 17 de março de 1964.

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.10.00	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAUDE	
	DEPTO. DE ASSIST. HOSP. E REGUL. MÉDICA	
PROGRAMA: 0005	SAUDE PARA TODOS	
	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA	
10.302.0005.2068	COMPLEXIDADE	
	DESPESAS CORRENTES	
311.3390.30	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
TOTAL DE RECURSO		100.000,00

III- Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

a) CRÉDITO- previsto no inciso I do art. 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.10.00	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAUDE	
02.10.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA BÁSICA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.301.0005.2057	MANUT.PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA	
	DESPESAS CORRENTES	
244.3190.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	30.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		30.000,00

b) RECURSO- Anulação de dotação, conforme previsto no inciso III, do art.43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAUDE	
02.10.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA BÁSICA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.301.0005.2057	MANUT.PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA	
	DESPESAS CORRENTES	
249.3190.94	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	30.000,00
TOTAL DE RECURSO		30.000,00

Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta

a) CRÉDITO- previsto no inciso I do art. 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de marco de 1964

00.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.13.00	SECRET.MUN. ASSISTÊNCIA E DESENV. SOCIAL	
02.13.03		
PROGRAMA: 0007	BEM ESTAR E RESPEITO AO CIDADÃO	
08.244.0007.2099	APOIO ADMINISTRATIVO - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
	DESPESAS CORRENTES	
538.3390.39	OUTROS SERV.TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	50.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		50.000,00

b) RECURSO- Anulação de dotação, conforme previsto no inciso III, do art.43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

	PODER EXECUTIVO	
	SECRET.MUN. ASSISTÊNCIA E DESENV. SOCIAL	
02.13.03	DEPTO. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
PROGRAMA: 0007	BEM ESTAR E RESPEITO AO CIDADÃO	
08.244.0007.2099	APOIO ADMINISTRATIVO - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
	DESPESAS CORRENTES	
531.3190.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	50.000,00
TOTAL DE RECURSO		50.000.00

 $\mbox{{\it V-}} \mbox{ Cr\'edito Adicional Suplementar no valor de } \underline{\mbox{{\it R\$ 64.000.00}}} \mbox{ (sessenta e quatro}$ mil reais):

a) CRÉDITO- previsto no inciso I do art. 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.30.00	SECRETARIA MUN. DE CULTURA E ESPORTES	
02.30.02	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
PROGRAMA: 0007	BEM ESTAR E RESPEITO AO CIDADÃO	
27.812.0007.2191	APOIO ADMINISTRATIVO - ESPORTE	
	DESPESAS CORRENTES	
	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	
822.3190.11	CIVIL	64.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		64.000,00

b) RECURSO- Anulação de dotação, conforme previsto no inciso III, do art.43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

02.00.00		
02.30.00	SECRETARIA MUN. DE CULTURA E ESPORTES	
02.30.02	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
PROGRAMA: 0007	BEM ESTAR E RESPEITO AO CIDADÃO	
27.812.0007.2191	APOIO ADMINISTRATIVO - ESPORTE	
	DESPESAS CORRENTES	
825.3390.30	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
826.3390.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	48.000,00
827.3390.36	OUTROS SERV.TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.000,00
TOTAL DE RECURSO		64.000.00

VI- Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

a) CRÉDITO- previsto no inciso I do art. 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de marco de 1964.

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAUDE	
02.10.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA BÁSICA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.301.0005.2057	MANUT.PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA	
	DESPESAS CORRENTES	
248.3190.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	100.000,00
TOTAL DE CRÉDITO	•	100 000 00

b) RECURSO- Anulação de dotação, conforme previsto no inciso III, do art.43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.10.00	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAUDE	
02.10.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA BÁSICA	
PROGRAMA: 0005	SAUDE PARA TODOS	
10.301.0005.2057	MANUT.PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA	
	DESPESAS CORRENTES	
251.3390.30	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
TOTAL DE RECURSO		100.000.00

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua emissão.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE, 27 DE AGOSTO DE 2025.

> FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 - Centro - CEP 11770-122
Fone (013) 3451-1000 – RAMAL 1220 e-mail: assparla@peruibe2.sp.gov.br
Assessoria Parlamentar

DECRETO Nº 6.591, DE 28 DE AGOSTO DE 2025 - fis. 1

ALTERA O ORÇAMENTO NO VALOR DE R\$ 1.193.000,00 (UM MILHÃO CENTO E NOVENTA E TRES REAIS).

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE-SP, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS E COM FULCRO NA LEI N° 4,749, DE 28 DE AGOSTO DE 2025, APROVADA PELO PROJETO DE LEI N° 054, DE 08 DE AGOSTO DE 2025.

DECRETA

Art. 1º- Fica aberto pelo Chefe do Poder Executivo um crédito a título de Remanejamento, Transposição e Transferência na Lei Municipal nº 4.600, de 11 de dezembro de 2024, conforme previsto na Constituição Federal, artigo 167, inciso VI no valor total de R\$ 1.193.000,00 (um milhão cento e noventa e três mil reais), sendo seus créditos e recursos descritos abaixo:

I- CREDITO- Transferência no valor de R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais);

a) CREDITO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, art. 167, inciso VI;

	PODER EXECUTIVO SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE	
	DEPTO. DE ASSIST SECUND E SERV. TÉCNICOS	
PROGRAMA: 0005	SAUDE PARA TODOS	
10.302.0005.2061	Atenção à Saúde da Mulher, Criança e	
	Adolescente	
	Despesas Correntes	
293.3390.36	Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física	335.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		335.000,00

b) RECURSO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, artigo 167, inciso VI

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.10.00	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE	
02.10.03	DEPTO. DE ASSIST SECUND E SERV.	
	TÉCNICOS	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	

10.302.0005.2061	Atenção à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente	
	Despesas Correntes	
291.3390.30	Material de Consumo	185.000,00
294.3390.39	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	150.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		335.000,00

II- CREDITO- Transferência no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e

a) CREDITO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, art. 167. inciso VI

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.10.00	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE	
02.10.07	DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.302.0005.2166	Samu - Serv. Atend. Móvel Urgência	
	Despesas Correntes	
371.3390.36	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Física	350.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		350.000,00

b) RECURSO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, artigo 167, inciso VI;

	PODER EXECUTIVO	
	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE	
02.10.07	DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.302.0005.2166	Samu - Serv. Atend. Móvel Urgência	
	Despesas Correntes	
369.3390.30	Material de Consumo	200.000,00
373.3390.39	Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica	150.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		350.000,00

III- CREDITO- Transferência no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil

L

a) CREDITO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, art. 167, inciso VI;

02.00.00	PODER EXECUTIVO		
02.10.00	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE		
	y .	2200	0772222000



02.10.07	DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.302.0005.2165	Upa – Unidade de Pronto Atendimento	
	Despesas Correntes	
364.3390.36	Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física	500.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		500.000,00

b) RECURSO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, artigo 167, inciso VI:

02.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.10.00	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE	
02.10.07	DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E	
	EMERGÊNCIA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.302.0005.2165	Upa – Unidade de Pronto Atendimento	
	Despesas Correntes	
362.3390.30	Material de Consumo	500.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		500.000,00

IV- CREDITO- Transferência no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

a) CREDITO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, art. 167, inciso VI;

	PODER EXECUTIVO	
	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE	
02.10.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA BÁSICA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.301.0005.2057	Manut. Programa Atenção Básica	
	Despesas Correntes	
263.3390.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	8.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		8.000,00

b) RECURSO- Transferência, conforme previsto na Constituição Federal, artigo 167, inciso VI;

	PODER EXECUTIVO	
	SEC. MUN. SAUDE/FUNDO MUN. SAÚDE	
02.10.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA BÁSICA	
PROGRAMA: 0005	SAÚDE PARA TODOS	
10.301.0005.2057	Manut. Programa Atenção Básica	
	Despesas Correntes	
251.3390.30	Material de Consumo	8.000,00
TOTAL DE CRÉDITO		8.000,00

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE, 28 DE AGOSTO DE 2025.

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11770-122
Fone (013) 3451-1000 – RAMAL 1220 e-mail: assparla@peruibe2.sp.gov.br
Assessoria Parlamentar

DECRETO Nº 6.592, DE 28 DE AGOSTO DE 2025 - fis. 1

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS).

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE-SP, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS E COM FULCRO NA LEI N° 4.751, DE 28 DE AGOSTO DE 2025, APROVADA PELO PROJETO DE LEI Nº 058, DE 18 DE AGOSTO DE 2025.

DECRETA

Art. 1º- Fica aberto pelo Chefe do Poder Executivo autorizado a abertura de crédito adicional ESPECIAL no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na Lei Municipal nº 4.600, de 11 de dezembro de 2024, conforme previsto no inciso II, do art. 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo seus créditos e recursos descritos abaixo:

I- Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

a) CRÉDITO- previsto no inciso II do art. 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964

CRÉDITO		
02.00.00	PODER EXECUTIVO	
02.30.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES	
02.30.01	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
PROGRAMA: 0006	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
FUNÇÃO: 13	CULTURA	
SUBFUNÇÃO: 392	DIFUSÃO CULTURAL	
PROJETO/ATIVIDADE: 2188	ESCOLA MUN.LIVRE DE MÚSICA	
MODALIDADE APLICAÇÃO: 04	Despesa de Capital	
ELEMENTO ECONÔMICO: 4490.52	Equipamentos e Material permanente	100.000,00
FONTE DE RECURSO: 92	TRANSF. CONV. ESTADUAIS-VINCULADOS EX. ANTERIORES	
CÓDIGO DE APLICAÇÃO E VARIAÇÃO: 100.148	CONV.2020CV00032- INSTRUMENTOS ESCOLA MUN. MUSICA	
TOTAL DE CRÉDITO		100.000.00

b) RECURSO- Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, conforme previsto no inciso I, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964).

ſ	ORIGEM	DESCRIÇÃO	VALOR
	BB 2436-8 C/C:27843-2	CV-INST. PARA ESC MUSICA LIVRE - N° REF.: 2023NL00552 - Emenda Parlamentar	100.000,00
ļ		N°2020.036.17870	100.000.00

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE, 28 DE AGOSTO DE 2025.

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 - Centro - CEP 11770-122 Fone (013) 3451-1000 - RAMAL 1220 - e-mail: assparla@peruibe2.sp.gov.br Assessoria Parlamentar

DECRETO Nº 6.593, DE 28 DE AGOSTO DE 2025 - fis. 1

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS).

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE-SP, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS E COM FULCRO NA LEI N° 4.752, DE 28 DE AGOSTO DE 2025, APROVADA PELO PROJETO DE LEI Nº 059, DE 18 DE AGOSTO DE 2025.

DECRETA

Art. 1º- Fica aberto pelo Chefe do Poder Executivo autorizado a abertura de crédito adicional ESPECIAL no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), na Lei Municipal nº 4.600, de 11 de dezembro de 2024, conforme previsto no inciso II, do art. 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1984, sendo seu crédito e recurso descritos abaixo:

I- Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil

a) CRÉDITO- previsto no inciso II do art. 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964

CRÉDITO			
	03.00.00	AUTARQUIA - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PERUIBE	
	03.01.01	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PERUIBE	
PROGRAMA:	0002	GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO	
ATIVIDADE:	2003	Gestão Previdenciária	
FUNÇÃO:	09	Previdência Social	
SUBFUNÇÃO:	272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	
MODALIDADE APLICAÇÃO:	03	Despesas Correntes	
ELEMENTO ECONÔMICO: 3	3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	600.000,00
FONTE DE RECI	JRSO: 04	Recursos Próprios Administração Indireta	
CÓDIGO DE APL E VARIAÇÃO: 60	ICAÇÃO 1 2 - 0000	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – PLANO PREVIDENCIÁRIO	
TOTAL DE CRÉI	OTIO		600.000,00

b) RECURSO- Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, conforme previsto no inciso I, do art.43, da Lei Federal $n^{\rm o}$ 4.320, de 17 de março de 1964).

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE, 28 DE AGOSTO DE 2025.

FELIPE ANTONIO COLAÇO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL











